do documento, como Daniel Oliveira, Boaventura Sousa Santos, José Reis, Raquel Freire, Isabel do Carmo ou Pilar del Río. Muitos deles estiveram na organização do Congresso Democrático das Alternativas, na Aula Magna, em outubro de 2012. Alguns, aderiram, entretanto, ao Tempo de Avançar.

16 Voltamos ao mesmo e aos mesmos. Além de bloquistas, também havia no Manifesto 3D alguns renovadores comunistas. Esses não fazem parte do PCP?
Não. O XVI Congresso do PCP, em 2000, partiu os comunistas em dois blocos: o PCP da linha oficial e o grupo de Renovadores, decidido a «retirar as lições dos erros que os revolucionários cometeram» no passado, segundo se lê na página da Associação Política Renovação Comunista, de 2013.

17 Quem são os renovadores?
Alguns exemplos: Carlos Brito, António Avelãs, Guadalupe Simões, Paulo Fidalgo ou Cipriano Justo são alguns dos renovadores. Nota: Também estão no Tempo de Avançar.

18 No meio disto tudo, quem é que já foi a votos?
O Livre e o MAS. Ambos se estrearam como partidos nas eleições europeias de 2014, com Rui Tavares e Gil Garcia no topo das respetivas listas. Não elegeram ninguém. Não sendo um partido, o MIC Porto apoiou os candidatos perdedores do PS à Câmara do Porto, Elisa Ferreira (em 2008) e Manuel Pizarro (em 2013).

19 Mas ainda há outro? O que é o MIC Porto?
O Movimento Intervenção e Cidadania foi criado para apoiar a candidatura presidencial de Manuel Alegre, em 2006, e dele fizeram parte personalidades como André Freire, Isabel Castro ou Helena Roseta. Oito anos depois, o seu braço portuense (MIC Porto) sobreviveu ao quase eclipse político do próprio pai.

20 Quer dizer que Manuel Alegre sempre fundou um novo partido?
Não. Depois da derrota de Alegre, com uns respeitáveis 20% dos votos, os apoiantes do MIC ainda tentaram formar um partido, mas a pretensão não avançou. Hoje em dia, o MIC Porto é mais uma das forças políticas que integra a plataforma Tempo de Avançar.

Carlos Pimenta

HSBC, parte do todo

As grandes empresas não toleram pagar impostos. Aquelas que ainda os pagam consideram-se antiquadas, (Guardian, Out/13).

O escândalo HSBC é mais uma explicitação da tendência das últimas décadas, silenciosa e dolorosa para a maioria dos cidadãos. Não é um acaso. Também outros bancos suíços promovem o transporte de notas por zonas fronteiriças, antecipadamente neutralizadas, contas fantasma em offshores ou complexos esquemas cruzados de branqueamento de fortunas.
Evitando repetir o que tem sido publicado, chamaria a atenção para algumas outras vertentes do acontecimento:
• As revelações do ICIJ são mais uma demonstração inequívoca da imprescindibilidade da liberdade na procura de uma sociedade mais ética e justa.
• O roubo dos ficheiros feito por Falciani foi em 2006! Após a sua prisão o governo francês «enviou cópias para todos os países com quem tem tratados de cooperação fiscal e que as solicitaram». A importância dessa listagem era notória, quer pelo banco em causa quer porque figuras gradas do Estado francês apareceram envolvidos em escândalos. Como é que as autoridades portuguesas podem hoje mostrarem-se surpreendidas? Ou tiveram uma ignorância inadmissível ou esconderam-na. As presentes revelações confirmam a sua relevância.
• É certo que muitas das fugas aos impostos, e de branqueamento de capitais, eram legais. Desse facto só podemos concluir que a atividade legislativa, fiscalizadora, reguladora e repressiva dos Estados e dos organismos internacionais está profundamente errada.
• As ligações entre os nomes anunciados e os mais altos quadros da política nacional e mundial mostram inequivocamente a densa malha de conflitos de interesse, a incapacidade dos eleitos representarem efetivamente as populações que os elegeram. Talvez tal explique os «esquecimentos», as leis ausentes, promíscuas, e até os «perdões fiscais».
• A lavagem do dinheiro permite que múltiplos crimes surjam com a face visível do empreendedorismo de alguns. As interceções da criminalidade internacional organizada com os negócios legítimos são cada vez mais estreitas. A crise e a dinâmica financeira beneficiaram o peso crescente daquela. Percorrem os mesmos bancos, mercados, paraísos fiscais e negócios. Partilham os mesmos espaços de aprendizagem e influência das elites. Não nos espantaríamos que setores estratégicos da economia nacional, neste tempo de privatizações e fragilidade dos Estados, estejam fortemente influenciados por máfias.

Os mais débeis são os que pagam (mais) impostos. Os outros alimentam os mais de 21 000 000 000 000 de dólares dos offshores

Estamos perante práticas imorais sistémicas. Peças do agravamento das desigualdades sociais. Os mais débeis são os que pagam (mais) impostos. Os outros alimentam os mais de 21.000.000.000.000 de dólares dos offshores de Londres e outros impolutos países.
Revoltamo-nos e perguntamos que fazer. As respostas existem, mas os controlos políticos para a sua execução são difíceis. Difíceis mas imperiosos se pretendermos que a democracia não seja plutocrática, escravizadora dos cidadãos. Para tal, além de outras medidas, é fundamental que os Estados readquiram a sua honradez, dignidade e capacidade de influenciar a sociedade, na representação das populações. E todos nós temos uma palavra a dizer, uma ação a promover.

*** Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e sócio fundador do Observatório de Economia e Gestão de Fraude**